



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenv. dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional – 6ª SR**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **PREGÃO ELETRÔNICO**

### **MENOR PREÇO**

**Contratação de empresa para prestar serviço de gerenciamento de frota com abastecimento de combustíveis, serviços de lavagem da frota de veículos da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, no estado da Bahia, mediante utilização de cartão eletrônico com controle operacional através de sistema informatizado.**

**JULHO - 2022**

## ÍNDICE

1	OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....
2	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES .....
3	JUSTIFICATIVA .....
4	FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO .....
5	DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS.....
6	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....
7	VISITA AO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....
8	PROPOSTA .....
9	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....
10	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....
11	PRAZO DE EXECUÇÃO .....
12	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....
13	REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS .....
14	MULTA .....
15	GARANTIA DE EXECUÇÃO .....
16	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS.....
17	FISCALIZAÇÃO.....
18	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....
19	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....
20	OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE .....
21	CONDIÇÕES GERAIS .....
22	ANEXOS .....

## 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para gerenciamento da frota de veículos, abrangendo o fornecimento de combustíveis (gasolina, etanol e óleo diesel) e lavagem da frota, por demanda, em rede de postos credenciados, por meio de sistema eletrônico, com cartão magnético, com vistas ao atendimento das necessidades de abastecimento dos veículos pertencentes à frota da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, estado da Bahia.

Item	Descrição	Unidade	QTd
1	Óleo Diesel S - 10	L	53.544
2	Gasolina Comum	L	2.796
3	Etanol	L	1.416
4	Lubrificante	L	216
5	Filtro de Óleo	Unid.	36
6	Filtro de AR	Unid.	36
7	Filtro de Combustível	Unid.	36
12	Lavagem Geral	Unid.	360

1.2 A planilha de referência orçamentária (Anexo II) apresenta os serviços, as estimativas de consumo anual, os valores médios com base no site da ANP e a taxa de administração limitada ao valor máximo de -0,07 (menos zero sete centésimo por cento), prevista no subitem 4.6 do presente Termo de Referência.

## 2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

**TERMO DE REFERÊNCIA** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas

Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

**6ª/SR** – Superintendência Regional da Codevasf no estado da Bahia, com sede na Avenida Comissão do Vale do São Francisco, S/N, Piranga, Juazeiro/BA, CEP 48.900-900.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela CODEVASF e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos serviços.

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

**PROPOSTA** – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

### 3. JUSTIFICATIVA

3.1. A contratação justifica-se em virtude da necessidade de suprir os veículos componentes da frota da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, estado da Bahia, das condições necessárias ao desempenho das funções atribuídas a esta Superintendência Regional. A disponibilidade de uma rede de postos credenciados que atendam em todas as localidades do estado da Bahia é imprescindível ao atendimento destas atribuições, assegurando o deslocamento dos veículos em viagens à serviço. Assim, a essencialidade deste serviço, evidencia-seno serviço comum pretendido em si, pois são indispensáveis para a utilização e gestão dos veículos da frota Codevasf: a) abastecimento de combustíveis para o cumprimento das ações da instituição; b) gerenciamento da frota garantindo uma maior segurança de seus usuários e o cuidado com obem patrimonial da empresa; e, c) serviços de lavagem em geral veicular.

### 4. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉROS DE JULGAMENTO

- 4.1. Forma de Realização: Pregão Eletrônico (Trata-se de serviço comum de caráter continuado - sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva - a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica. Por tratar-se de serviços comuns, assim definidos na forma do art. 1º, parágrafo único da Lei nº 10.520/2002 e pelo Decreto nº 10.024/2019, é possível a sua licitação na modalidade Pregão Eletrônico).
- 4.2. Valor estimado: Público
- 4.3. Critério de Julgamento Menor Preço, de acordo com o Art. 7 do Decreto nº 10.024/2019.
- 4.4. Regime de execução: Empreitada por Preço Unitário.
- 4.5. Modo de Disputa: Aberto, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 4.6. A Taxa de Administração deve estar compatível com as praticadas no mercado, sendo desclassificadas, após a etapa de lances para o item, as propostas que apresentarem percentual superior a -0,07 (menos zero sete centesimo por cento).
- 4.7. Taxa de Administração, que não poderá ser superior a -0,07 (menos zero sete centesimo por cento) expressa na forma extensa e percentual, incidente sobre o montante mensal total de gastos do órgão licitante, juntamente com pagamento dos insumos relacionados ao objeto deste Termo de Referência.
- 4.8. A taxa de administração utilizada será aquela adotada pela vencedora do processo licitatório, que poderá ter valor igual ou menor que a estipulada no subitem 4.6. A taxa de administração considerada para a estimativa neste Termo de Referência foi calculada com base na média de preços praticados nas propostas comerciais de empresas do mercado apresentadas em pregões do Governo Federal e que estão vigentes, data base julho de 2022.

## **5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 5.1. Os serviços objeto destes Termos de Referência contemplam o fornecimento, diretamente ou por meio de postos credenciados, de combustível para abastecimento da frota de veículos da 6ª SR mediante utilização de cartões com valor previamente autorizado ao veículo vinculado, e entrega de relatórios gerenciais mensais, conforme especificado nestes Termos de Referência.

- 5.2. Os cartões deverão ser entregues na 6ª SR em envelope lacrado.
- 5.3. As senhas deverão ser fornecidas individualmente para os empregados a serem indicados pela CONTRATANTE.
- 5.4. Cada cartão, inicialmente, deverá possuir crédito de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) disponíveis para abastecimento, cujo valor deverá ser renovado quando autorizado, considerando que o pagamento será mensal.
- 5.5. Os dados cadastrais dos veículos para constarem nos cartões e no sistema de gestão serão fornecidos pela CONTRATANTE.
- 5.6. A identificação dos veículos deverá ser por meio do cartão magnético individual e intransferível. Para tanto, deverá ser fornecido inicialmente 01 (um) cartão para cada veículo (no total de 30 cartões), além de 01 (um) cartão adicional para abastecimento de máquinas agrícolas pertencente ao acervo patrimonial da 6ª SR.
- 5.7. O sistema de gestão para controle dos abastecimentos adotado deverá permitir a informação individualizada com identificação dos gastos por veículo, posto de abastecimento, tipo de combustível, histórico da quilometragem, a *litragem* e média de consumo quilômetro/litro com a possibilidade de emissão de relatórios via internet e/ou e-mail, sendo que a transação de abastecimento deverá ser autorizada mediante senha confidencial com emissão do respectivo comprovante identificando veículo e motorista.
- 5.8. A CONTRATADA deverá manter sistema operante para realização das transações on-line (em tempo real) nos postos ou autorização para realização de transação manual, esta última como medida excepcional para veículos em viagem, com aceitação das transações pelos postos credenciados via sistema gratuito por meio de Central de Atendimento.

## **6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.
- 6.2. As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.
- 6.3. Poderão participar desta licitação empresa brasileira, empresa estrangeira em funcionamento no País, empresa brasileira representante de empresa estrangeira, empresa estrangeira em

funcionamento no País representante de empresa estrangeira e ainda empresa estrangeira que não funcione no País.

6.4. As propostas serão aceitas somente para todos os itens que compõe o objeto da licitação. Cotações para itens isolados não serão aceitas, implicando na desclassificação da proposta.

6.5. Não será permitida a participação de consórcio em razão da logística necessária para cumprimento do objeto não exigir o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, o que consequentemente não é pertinente a formação de consórcios.

6.6. Não será permitido subcontratar nem transferir a outrem, a qualquer título, no todo ou em parte, o objeto desta licitação.

6.6.1. Não será entendido como subcontratação os serviços prestados por empresas devidamente credenciadas junto à CONTRATADA para os fins a que se destina este contrato, permanecendo a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato.

6.7. Caberá à CONTRATADA a supervisão das atividades de empresas credenciadas, bem como responder perante a Codevasf pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes aos serviços prestados por suas credenciadas.

6.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação conforme legislação vigente.

## **7. VISITA AO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1. O atestado de visita aos locais do fornecimento não será obrigatório, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.

7.2. Os custos de visita ao local onde serão instalados os equipamentos correrão por exclusiva conta do licitante.

7.3. Em caso de dúvidas sobre onde serão prestados os serviços objeto destes Termos de Referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão entrar em contato com a Gerência Regional de Administração e Logística da 6ª SR, em Juazeiro/ Bahia, no telefone: (74) 3614-

6200.

## 8. PROPOSTA

8.1. As propostas financeiras deverão conter no mínimo o seguinte:

8.1.1. Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos/materiais, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras;

8.1.2. O Termo da Proposta deverá ser assinado pelo representante legal da licitante, devidamente qualificado (nome, estado civil, profissão, CPF identidade, endereço) e conter os dados completos da licitante (Razão social, CNPJ e endereço completo da licitante, com e-mail, site, telefone).

8.1.3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

8.1.4. As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos serviços ofertados, em conformidade com este Termo de Referência.

## 9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a um ano, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo comprovar a execução dos serviços objeto desta licitação do quantitativo mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento).

- -Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- - Para a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o um ano serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- - Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a



apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP n. 5/2017.

- - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. O Custo estimado da presente licitação é de R\$ **537.078,58** (quinhentos e trinta e sete mil, setenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), a preços de julho/2022, conforme indicado no Anexo II deste Termos de Referência.

A com pesquisa foi realizada através do portal da Agência Nacional do Petróleo - ANP - e Banco de Preços, em conformidade com o art. 15 do RILC e a Instrução Normativa 73/2020.

10.2. Os recursos orçamentários correrão as contas dos programas de trabalho: CUSTEIO: 04.122.0032.2000.0001 – Administração da Unidade - Nacional, Categoria Econômica 3, Fonte 100, RP 2; EMENDA INDIVIDUAL: 15. 244. 2217. 00SX. 0029 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado da Bahia, Categoria Econômica 3 e 4, Fonte 188, RP 6; EMENDA INDIVIDUAL: 15. 451. 2219. 00T1. 2056 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária - No Município de Feira de Santana - BA, Categoria Econômica 4, Fonte 188, RP 6; EMENDA DA BANCADA DA BAHIA: 15. 244. 2217. 00SX. 7012 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado da Bahia, Categoria Econômica 4, Fonte 188, RP 7; EMENDA DE RELATOR: 15.244.2217 00SX.0001 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional, Categoria Econômica 4, Fonte 188, RP 9; e, EMENDA DE RELATOR: 15.451.2219.00T1.0001 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária - Nacional, Categoria Econômica 4, Fonte 188, RP 9.

10.3. No valor acima estão incluídas todas despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete e seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **11. PRAZO DE EXECUÇÃO**

11.1. O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, contados da data da emissão da ordem de fornecimento/serviço, tendo início e vencimento em dias de expediente, podendo ser prorrogado, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com a Lei 13.303/2016.

11.2. Após a emissão da ordem de fornecimento/serviço, os cartões de abastecimento deverão ser encaminhados e recebidos no endereço desta 6ª SR no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis.

## **12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

12.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo CONTRATANTE da Nota Fiscal/Fatura. Os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas ficam condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento definidos neste termo de referência, devendo ser formalmente atestada pelo Gestor/Fiscal do contrato.

12.2. Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA deverá protocolar a Nota Fiscal/Fatura, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao mês de referência, especificando o serviço prestado de abastecimento e serviços e seu correspondente valor em moeda corrente nacional.

12.3. Na elaboração da Nota Fiscal/Fatura correspondente, a CONTRATADA fará constar o quantitativo total de litros consumidos, o somatório total dos valores correspondentes aos abastecimentos realizados, que podem ser apresentados por meio de relatórios em anexo, e sobre este valor deverá incidir a taxa percentual.

12.4. Durante a execução do contrato poderão ser incluídos novos veículos ou excluídos veículos inicialmente estabelecidos neste Termo. O presente contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, conforme art. 81 da Lei nº 13.303/2016.

## **13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

13.1. Os preços ofertados permanecerão válidos pelo período de 01 (um) ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

## FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO

$$R = V \left[ \frac{I1 - I0}{I0} \right], \text{ onde:}$$

“R” é o valor do reajuste procurado.

“V” é o valor contratual a ser reajustado.

“I1” Refere-se à coluna AO 1417002 IPA-EP-Bens Intermediários-Combustíveis e Lubrificantes para Produção 1004820, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

“I0” Refere-se à coluna AO 1417002 IPA-EP-Bens Intermediários-Combustíveis e Lubrificantes para Produção 1004820, correspondente ao mês de apresentação da proposta.

## 14. MULTA

14.1. Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa de até 10% (dez por cento) do contrato ou ordem de fornecimento, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

14.2. Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de até 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

14.3. Nos casos de atrasos na execução dos fornecimentos descritos no cronograma físico do objeto ou no atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da CONTRATADA, aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos abaixo:

Graus de Penalidade:

Grau 01 – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso;

Grau 02 – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia;

Grau 03 – multa de 0,2% por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico-financeiro para o período;

Grau 04 – multa de 0,2% por dia sobre o valor contratual atualizado.

**Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade**

<b>Inadimplências</b>	<b>Grau de Penalidade</b>
Pelo não atendimento à determinação estipulada pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal	01
Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido	02
Por dificultar ou impedir o acesso da FISCALIZAÇÃO a documentos	02
Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico do objeto, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela FISCALIZAÇÃO	03
Pelo atraso na conclusão do objeto, em conformidade com o prazo contratado ou aditado.	04

13.4 Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

13.5 Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

13.5.1 A multa será descontada da garantia prestada pela CONTRATADA;

13.5.2 Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

13.5.3 Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;

13.5.4 Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher à Gerência Regional de Administração e Logística – Setor de Finanças – GRA/UFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

13.6 O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação da multa, para apresentar

recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/6ª SR, que procederá ao seu exame.

13.7 Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da Codevasf, que poderá relevar ou não a multa.

13.8 Em caso de relevação da multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

13.9 Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

## **15. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

15.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em espécie, Seguro Garantia - emitida por seguradora autorizada pela SUSEP - ou Fiança Bancária, a critério da CONTRATADA.

15.2. A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na 6ª SR da Codevasf, quando da assinatura do contrato.

15.3. A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverão estar em vigor e cobertura até 90 (noventa) dias após o prazo final de encerramento do contrato.

15.4. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico (pagamento) do contrato será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.

15.5. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.

15.6. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.

15.7. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.

15.8. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela

Codevasf.

15.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

15.9.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

15.9.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

15.9.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

15.9.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

## **16. RECEBIMENTO DEFINITIVO DO CONTRATO**

16.1. Após o término dos fornecimentos objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.

16.2. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

16.2.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

16.2.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

16.2.3. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

16.3. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

16.4. A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato.

16.5. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é

condicionante para:

16.5.1. Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica;

16.5.2. Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF); e

16.5.3. Liberação da Caução Contratual, quando houver.

16.6. Aceitos e aprovados os fornecimentos, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.

16.7. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela Codevasf sobre a execução do objeto contratado.

16.8. A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

16.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **17. FISCALIZAÇÃO**

17.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos/serviços será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

17.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

17.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a CONTRATADA, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a CONTRATADA a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

17.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à 6ª Superintendência

Regional, responsável pela execução do contrato. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

17.5. Das decisões da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à 6ª Superintendência Regional da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

17.6. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

17.7. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.

17.8. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

18.1. A fim de garantir a responsabilidade ambiental na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá manter empresas credenciadas que adotem regras ambientalmente corretas, bem como possuam inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, caso realizem atividades contidas na tabela CTF/APP, mantido pelo IBAMA.

18.2. A CONTRATANTE terá o direito de, em qualquer tempo, fiscalizar a regularidade ambiental das empresas credenciadas pela CONTRATANTE. Constatada alguma irregularidade, a contratada será notificada, para que em prazo determinado providencie as correções necessárias.

## **19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



- 19.1. A CONTRATADA, para efeitos de assinatura do contrato a ser firmado, deverá apresentar rede de postos e estabelecimentos credenciados em no mínimo 50 (cinquenta) municípios do estado da Bahia com fornecimento de óleo diesel, gasolina e etanol e serviços de lavagem geral, sendo todos dentro da abrangência da área de atuação da 6ª SR, conforme mostra o anexo IV, priorizando os principais municípios e os destacados como “prioridade” no referido anexo.
- 19.2. A CONTRATADA, no ato de assinatura do contrato a ser firmado, deverá apresentar ao menos dois postos e estabelecimentos credenciados nos municípios onde a Codevasf tem sede administrativa, sendo eles: Juazeiro/BA, Paulo Afonso/BA e Salvador/BA.
- 19.3. A CONTRATADA deverá indicar rede de postos e estabelecimentos credenciados nacionalmente para utilização dos veículos da 6ª SR em viagem/trânsito.
- 19.4. A CONTRATADA deverá fornecer cartões em nome da 6ª SR, sem custo adicional, bem como, fornecer cartões extras, sem custo adicional, caso ocorra acréscimo da quantidade de veículos autorizados.
- 19.5. A CONTRATADA deverá substituir os cartões defeituosos, danificados, extraviados, bloqueados/cancelados ou com validade expirada, sem custos para a CONTRATANTE.
- 19.6. A CONTRATADA deverá garantir a validade dos cartões de abastecimento e sua aceitabilidade em todos os postos credenciados e os que vierem a ser solicitado pela CONTRATANTE.
- 19.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema para consulta de valores disponíveis nos cartões em tempo real (on-line).
- 19.8. A CONTRATADA deverá efetuar a recarga de valores disponíveis nos cartões, sempre que solicitada pelo fiscal do contrato, em tempo real (on-line), no valor requerido pela CONTRATANTE, caso seja necessário além do limite já autorizado.
- 19.9. Os postos credenciados com a CONTRATADA deverão fornecer ao condutor do veículo uma via do comprovante da operação para aquisição de combustível, no ato do abastecimento que conste, no mínimo, a data e o horário do abastecimento, o valor do abastecimento, o saldo atual do cartão, a quilometragem, a litragem, a placa do veículo abastecido.
- 19.10. Os cartões deverão ser bloqueados/cancelados imediatamente (on-line), uma vez solicitado pela CONTRATANTE e confirmado pela CONTRATADA, com renúncia expressa de responsabilização à 6ª SR pelo pagamento de transações efetuadas após o pedido de bloqueio, que serão consideradas não- autorizadas pela CONTRATANTE.

19.11. A CONTRATADA deverá garantir que os preços dos combustíveis cobrados pela rede credenciada, para todas as transações, serão aqueles para pagamento à vista constantes da bomba, na data do abastecimento.

19.12. A CONTRATADA deverá prover por meio de Central de Atendimento Gratuito em nível nacional, no caso de pane na rede elétrica do posto e/ou defeito na máquina/cartão do veículo, preservada, as informações previstas para o cartão magnético, oferecendo as mesmas informações disponibilizadas no abastecimento eletrônico, de forma a não prejudicar as atividades da 6ª SR.

19.13. A CONTRATADA deverá confeccionar os cartões dos veículos grafando em cada um a identificação da CONTRATANTE, a saber: Placa do veículo, modelo, cor e tipo de combustível.

19.14. A CONTRATADA deverá observar os limites de abastecimento determinados pela Administração para cada cartão, não permitindo abastecimentos além do limite autorizado, sendo considerado o descumprimento deste item uma transação não autorizada da qual a 6ª SR exime-se inteiramente da responsabilidade.

19.15. A CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança que evitem fraudes no sistema de gestão nos cartões, especialmente quanto ao acesso de terceiros não autorizados a dados neles gravados e clonagem de cartões; nas senhas registradas no sistema para que não sejam do conhecimento de terceiros por atos de quem esteja a serviço da CONTRATADA e demais julgadas relevantes para o sigilo e segurança das transações.

19.16. A CONTRATADA deverá ressarcir a 6ª SR das importâncias decorrentes de fraudes ou quaisquer prejuízos causados decorrentes de falhas do sistema, de ilícitos praticados por quem esteja a serviço da CONTRATADA ou dos postos conveniados com relação ao objeto deste Pregão.

19.17. A CONTRATADA deverá fornecer lista dos postos credenciados com nome, endereço e telefone.

19.18. A CONTRATADA deverá promover treinamento dos empregados indicados pela 6ª SR para a utilização do sistema, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, bem como, disponibilizar as atualizações das funcionalidades do software.

19.19. A CONTRATADA deverá garantir que toda a rede credenciada esteja disponível para utilização no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

19.20. A CONTRATADA deverá garantir de que todo combustível registrado pela bomba foi realmente abastecido no veículo indicado.

19.21. A CONTRATADA deverá garantir que não possam ser abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota do CONTRATANTE.

19.22. A CONTRATADA deverá garantir que os veículos cadastrados só sejam abastecidos com o combustível para o qual está autorizado.

19.23. A CONTRATADA deverá responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causado por seus prepostos ou em qualquer estabelecimento da rede credenciada, em idênticas hipóteses.

19.24. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

19.25. A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

19.26. A CONTRATADA deverá executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações da CONTRATANTE para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando, sempre, os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades desta CONTRATANTE.

19.27. A CONTRATADA deverá fornecer somente combustíveis que se enquadrem nas especificações da Agência Nacional de Petróleo - ANP ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato.

19.28. Em caso de falta dos combustíveis contratados, fica a empresa obrigada a fornecer, nas mesmas condições, combustíveis de qualidade superior.

19.29. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade do combustível e arcar com qualquer prejuízo decorrente de sua utilização, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

## **20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

20.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Contrato a ser assinado.

20.2. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato, podendo rejeitar no todo ou em parte os serviços executados

e materiais fornecidos em desacordo.

20.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições e falhas no curso de execução dos serviços ou fornecimento dos combustíveis, fixando prazo para sua correção;

20.4. Fornecer à CONTRATADA todos os dados cadastrais dos veículos necessários ao cumprimento do objeto do contrato.

20.5. Exercer a fiscalização dos serviços por empregados especialmente designados.

20.6. Comunicar à CONTRATADA qualquer acréscimo, substituição ou retirada de veículos da frota.

## **21. CONDIÇÕES GERAIS**

21.1. Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo, que deverá por eles responder, e defender a CODEVASF, fora dela, contra reclamações relacionadas com o assunto.

21.2. Será permitido ao contratante solicitar a adaptação dos sistemas licitados às peculiaridades da CODEVASF, bem como de relatórios gerenciais adicionais necessários a melhor gestão da frota, sem custos adicionais aos valores contratados.

21.3. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

## **21. ANEXOS**

21.1. São ainda, documentos integrantes destes Termos de Referência:

Anexo I – Modelo de Proposta Comercial (em Branco)

Anexo II – Planilha referência /Orçamentária

Anexo III – Justificativas da Contratação

Anexo IV – Relação de Municípios

Elaborado por:

**Fábio Alves Torres**  
Chefe da 6ª/GRA/USA

## ANEXO I

### MODELO PROPOSTA COMERCIAL

- 1) A licitante, antes de apresentar sua proposta, DEVERÁ ler atentamente todas as condições do edital (objeto, obrigações, responsabilidades, etc.), não podendo alegar, depois do certame concluído ou durante a execução do serviço, desconhecimento ou mesmo alegar que cotou erroneamente.
- 2) Todos os valores e percentuais constantes desta proposta deverão conter somente 02 (duas) casas decimais.

#### Valor da Proposta

$$P = VS + (VS \times i)$$

Onde:

P = Valor total da Proposta

VS = Valor Estimado dos Serviços (Que é invariável);

i = Taxa de Administração (Percentual)

## ANEXO II

### PLANILHA DE REFERÊNCIA / ORÇAMENTÁRIA

Item	Descrição	Unidade	QTd	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Óleo Diesel S - 10	L	53.544	8,23	440.667,12
2	Gasolina Comum	L	2.796	8,09	22.619,64
3	Etanol	L	1.416	6,13	8.680,08
4	Lubrificante	L	216	54,12	11.689,92
5	Filtro de Óleo	Unid.	36	203,95	7.342,20
6	Filtro de AR	Unid.	36	261,21	9.403,56
7	Filtro de Combustível	Unid.	36	284,93	10.257,48
12	Lavagem Geral	Unid.	360	74,43	26.794,80
	<b>Valor total do grupo</b>				537.454,80
	Taxa Administrativa Estimada			-0,07%	376,22
	<b>Valor Total</b>				<b>537.078,58</b>

### ANEXO III

#### JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

##### **Da justificativa da contratação:**

A contratação justifica-se em virtude da necessidade de suprir os veículos componentes da frota da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, estado da Bahia, das condições necessárias ao desempenho das funções atribuídas a esta Superintendência Regional. A disponibilidade de uma rede de postos credenciados que atendam em todas as localidades do estado da Bahia é imprescindível ao atendimento destas atribuições, assegurando o deslocamento dos veículos em viagens à serviço. Assim, a essencialidade deste serviço, evidencia-seno serviço comum pretendido em si, pois são indispensáveis para a utilização e gestão dos veículos da frota Codevasf:

- a) abastecimento de combustíveis para o cumprimento das ações da instituição;
- b) gerenciamento da frota garantindo uma maior segurança de seus usuários e o cuidado com o bem patrimonial da empresa
- c) serviços de lavagem em geral veicular.

##### **Do Serviço “Comum”:**

Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

##### **Modalidade Licitatória:** Pregão Eletrônico.

A licitação reger-se-á pelo disposto na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 (Lei do pregão) regulamentada pelo Decreto nº 10.024 de 20 de setembro 2019 (regulamento do E-pregão), e na Lei nº 13.303 de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), e respectivas alterações e regulamentos.

Justifica-se a modalidade licitatória de acordo com o Acórdão TCU nº 713/2019, Súmula TCU nº 257 e no Inciso IV do Artigo 32 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, tendo em vista que o objeto deste TR se trata de serviços comum com padrões de desempenho e qualidade definidos.

##### **Periodicidade de Prestação do Serviço:** continuado.

A periodicidade de prestação do serviço do futuro contrato será continuada, por demanda continua da Codevasf na nova área de atuação, tendo em vista o alto número de contratos e convênios em celebração ou já celebrados ou planejado no PPA 2020-23.

**Regime de execução: Empreitada por Preços Unitários:**

Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições dos serviços efetivamente executadas.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada. A modalidade a ser empregada para a licitação é o Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO.

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Os serviços a serem contratados serão executados no de 12 meses, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

**Critério de Julgamento:**

**Menor preço**, de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º 13.303/2016.

**Garantia de Execução (caução):**

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

**Qualificação Técnica:**

As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada o objeto especificado.

**Permite a contratação de Consórcios:** Não

Não será permitida a participação de consórcio em razão da logística necessária para cumprimento do objeto não exigir o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, o que



consequentemente não é pertinente a formação de consórcios.

**Permite a subcontratação:** Não

Não será permitido subcontratar nem transferir a outrem, a qualquer título, no todo ou em parte, o objeto desta licitação.

Não será entendido como subcontratação os serviços prestados por empresas devidamente credenciadas junto à CONTRATADA para os fins a que se destina este contrato, permanecendo a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato.

**Do valor e modo de disputa “Aberto”:**

Consoante ao art. 25 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, por não se tratar de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País; III - prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; IV - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; V - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; VI - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas; VII - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional; VIII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou IX - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações. Elegeram-se pela divulgação do valor máximo aceitável para a contratação, bem como pelo modo de disputa aberto.

**Dá Não Obrigatoriedade de Visita Acerca da finalidade da realização de visita técnica – também chamada de visita prévia** – o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 4.968/2011 – Segunda Câmara, assim se manifestou: “A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis

inexecuções contratuais. Porém, é preciso reconhecer que a referida exigência limita o universo de competidores, uma vez que acarreta ônus excessivo aos interessados que se encontram em localidades distantes do local estipulado para o cumprimento do objeto. Em virtude disso, para que a visita técnica seja legal, é imprescindível a demonstração da indispensabilidade de sua realização para a perfeita execução do contrato”. Diante deste fato, bem como o tipo de objeto, entendemos desnecessária a visita, nem obrigatória e nem agendada, bem como, a autodeclarada. Nessa linha, o TCU tem se manifestado no sentido de que somente pode ser exigida a visita técnica em casos excepcionais, isto é, nas situações em que a complexidade ou natureza do objeto a justifiquem.

**Intervalo de Lances:** O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 0,5% (cinco décimo por cento), do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**Justificativa da adoção do valor estimado público:**

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 3.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

**Aprovação dos Termos de Referência:** Os Termos de Referências e o ETP deverão ser aprovados por ato da autoridade competente.

## ANEXO IV

### ÁREA DE ABRANGÊNCIA

No	Municípios da microrregião	Status de Prioridade
1	Abaré (BA)	Prioridade
2	Acajutiba (BA)	
3	Adustina (BA)	
4	Água Fria	
5	Alagoinhas	Prioridade
6	Amargosa	Prioridade
7	Amélia Rodrigues	
8	Andorinha (BA)	
9	Anguera (BA)	
10	Antas (BA)	
11	Antônio Cardoso (BA)	
12	Antônio Gonçalves (BA)	
13	Aporá (BA)	
14	Araçás	
15	Araci (BA)	
16	Aramari	
17	Aratuípe	
18	Baixa Grande (BA)	Prioridade
19	Banzaê (BA)	
20	Barrocas (BA)	
21	Biritinga (BA)	
22	Boa Vista do Tupim (BA)	
23	Brejões	
24	Cabaceiras do Paraguaçu (BA)	
25	Cachoeira (BA)	
26	Caém (BA)	
27	Cairu	
28	Caldeirão Grande (BA)	
29	Camaçari	
30	Camamu	
31	Campo Alegre de Lourdes (BA)	Prioridade
32	Campo Formoso (BA)	Prioridade
33	Candeal (BA)	
34	Candeias	
35	Cansanção (BA)	
36	Canudos (BA)	Prioridade
37	Capela do Alto Alegre (BA)	
38	Capim Grosso (BA)	Prioridade
39	Cardeal da Silva	

40	Casa Nova (BA)	
41	Castro Alves (BA)	
42	Catu	
43	Chorrochó (BA)	
44	Cícero Dantas (BA)	Prioridade
45	Cipó (BA)	
46	Conceição da Feira (BA)	
47	Conceição do Almeida	
48	Conceição do Coité (BA)	Prioridade
49	Conceição do Jacuípe	
50	Conde (BA)	
51	Coração de Maria	
52	Coronel João Sá (BA)	
53	Cravolândia	
54	Crisópolis (BA)	
55	Cruz das Almas (BA)	Prioridade
56	Curaçá (BA)	Prioridade
57	Dias D ávila	
58	Dom Macedo Costa	
59	Elísio Medrado	
60	Entre Rios	
61	Esplanada (BA)	Prioridade
62	Euclides da Cunha (BA)	Prioridade
63	Fátima (BA)	
64	Feira de Santana (BA)	Prioridade
65	Filadélfia (BA)	
66	Gandu	
67	Gavião (BA)	
68	Glória (BA)	
69	Governador Mangabeira (BA)	
70	Heliópolis (BA)	
71	Iaçu (BA)	
72	Ibiquera (BA)	Prioridade
73	Ichu (BA)	
74	Igrapiúna	
75	Inhambupe (BA)	
76	Ipecaetá (BA)	
77	Ipirá (BA)	Prioridade
78	Irajuba	
79	Irará	
80	Itaberaba (BA)	Prioridade
81	Itaeté (BA)	Prioridade

82	Itanagra	
83	Itaparica	
84	Itapicuru (BA)	
85	Itaquara	
86	Itatim (BA)	
87	Itiruçu	
88	Itiúba (BA)	
89	Ituberá	
90	Jacobina (BA)	Prioridade
91	Jaguaquara	Prioridade
92	Jaguarari (BA)	
93	Jaguaripe	
94	Jandaíra (BA)	Prioridade
95	Jeremoabo (BA)	Prioridade
96	Jiquiriçá	
97	Juazeiro (BA)	Obrigatório
98	Laje	
99	Lajedinho (BA)	
100	Lajedo do Tabocal	
101	Lamarão	
102	Lauro de Freitas	
103	Macajuba (BA)	
104	Macururé (BA)	Prioridade
105	Madre de Deus	
106	Mairi (BA)	
107	Maragogipe (BA)	
108	Marcionílio Souza (BA)	
109	Mata de São João	
110	Miguel Calmon (BA)	
111	Milagres (BA)	
112	Mirangaba (BA)	
113	Monte Santo (BA)	
114	Mundo Novo (BA)	
115	Muniz Ferreira	
116	Muritiba (BA)	
117	Mutuípe	
118	Nazaré	
119	Nilo Peçanha	
120	Nordestina (BA)	
121	Nova Fátima (BA)	
122	Nova Itarana (BA)	
123	Nova Redenção (BA)	

124	Nova Soure	
125	Novo Triunfo (BA)	
126	Olindina (BA)	
127	Ouriçangas	
128	Ourolândia (BA)	
129	Paripiranga (BA)	
130	Paulo Afonso (BA)	Obrigatório
131	Pé de Serra (BA)	
132	Pedrao	
133	Pedro Alexandre (BA)	Prioridade
134	Pilão Arcado (BA)	Prioridade
135	Pindobaçu (BA)	
136	Pintadas (BA)	
137	Piraí do Norte	
138	Piritiba (BA)	
139	Pojuca	
140	Ponto Novo (BA)	
141	Presidente Tancredo Neves	
142	Queimadas (BA)	
143	Quijingue (BA)	
144	Quixabeira (BA)	
145	Rafael Jambeiro (BA)	
146	Remanso (BA)	Prioridade
147	Retirolândia (BA)	
148	Riachão do Jacuípe (BA)	
149	Ribeira do Amparo (BA)	
150	Ribeira do Pombal (BA)	Prioridade
151	Rio Real (BA)	
152	Rodelas (BA)	Prioridade
153	Ruy Barbosa (BA)	
154	Salinas da Margarida	
155	Salvador	Obrigatório
156	Santa Bárbara (BA)	
157	Santa Brígida (BA)	
158	Santa Inês	
159	Santa Teresinha (BA)	
160	Santaluz (BA)	
161	Santanópolis	
162	Santo Amaro	
163	Santo Antonio de Jesus	Prioridade
164	Santo Estêvão (BA)	
165	São Domingos (BA)	

166	São Felipe	
167	São Félix (BA)	
168	São Francisco do Conde	
169	São Gonçalo dos Campos (BA)	
170	São José do Jacuípe (BA)	
171	São Miguel das Matas	
172	São Sebastião do Passé	
173	Sapeaçu (BA)	
174	Sátiro Dias (BA)	
175	Saubara (BA)	
176	Saúde (BA)	
177	Senhor do Bonfim (BA)	Prioridade
178	Sento Sé (BA)	Prioridade
179	Serra Preta (BA)	
180	Serrinha (BA)	Prioridade
181	Serrolândia (BA)	
182	Simões Filho	Prioridade
183	Sítio do Quinto (BA)	
184	Sobradinho (BA)	
185	Tanquinho (BA)	Prioridade
186	Taperoá	
187	Tapiramutá (BA)	
188	Teodoro Sampaio	
189	Teofilândia (BA)	
190	Teolândia	
191	Terra Nova	
192	Tucano (BA)	
193	Uauá (BA)	Prioridade
194	Ubaíra	
195	Umburanas (BA)	Prioridade
196	Utinga (BA)	
197	Valença	Prioridade
198	Valente (BA)	
199	Várzea da Roça (BA)	
200	Várzea do Poço (BA)	
201	Várzea Nova (BA)	Prioridade
202	Varzedo	
203	Vera Cruz	
204	Wagner (BA)	
205	Irecê (BA)	Prioridade
206	Altamira (BA)	Prioridade
207	Jequié (BA)	Prioridade



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenv. dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**6ª Superintendência Regional – 6ª SR**

208	Morro do Chapéu	Prioridade
209	Mucugê (BA)	Prioridade
210	Wenceslau Guimarães	

**\*Se houver necessidade, a contratante poderá solicitar o cadastramento de postos em outros municípios que não foram contemplados neste anexo.**